

DVA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL

José Rafael Bragante¹
Lucas Coutinho²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo definir a aplicabilidade da DVA no âmbito da elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, de modo a apresentar os princípios teóricos que fundamentam sua estrutura e estabelecer o aspecto da Responsabilidade Social Corporativa no âmbito de criação de valor organizacional. De acordo com os preceitos que fundamentam a relevância dos *stakeholders* para uma organização, mesmo a visão de que o único objetivo de gerar valor para seus acionistas tenha sido defendida durante muito tempo, a atividade empresarial impacta direta e indiretamente no ambiente em que ela se encontra, devendo, portanto, incluir os interesses e aspirações de seus *stakeholders* dentro do processo de tomada de decisão. O estudo busca promover a partir da inserção dos colaboradores sobre o desempenho operacional, contribuindo para uma verificação e análise mais precisa acerca da criação de riqueza a partir da divulgação de informações sobre a responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: 1. DVA 2. Criação de Valor 3. *Stakeholders* 4. Funcionários.

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM

² Mestre em Ciências Contábeis e Docente do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM

1. INTRODUÇÃO

De modo a analisar as transações econômicas de uma organização, a Contabilidade tem por objetivo fornecer aos seus usuários informações úteis para a tomada de decisões e avaliação de resultados. Em vista de sua aplicabilidade, as Demonstrações Contábeis (DC) se inserem no contexto de gestão e desempenho empresarial, evidenciando a situação econômica, financeira e patrimonial das atividades operacionais.

Em complemento às DC obrigatórias, observa-se nos últimos anos uma crescente quantidade de organizações que informam voluntariamente a adoção de práticas socialmente responsáveis. Buscando atender os interesses de seus *stakeholders*, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem sido adotada em resposta às constantes mudanças no cenário mundial, bem como no intuito de desenvolver atividades empresariais com êxito em um ambiente complexo e altamente competitivo (COSENZA, 2003).

Diante desta realidade, a evidenciação de informações econômicas e de natureza socioambiental, relacionada ao valor da organização, corresponde à maneira com a qual a RSC é percebida pela sociedade. Ademais, considerando a Contabilidade como uma Ciência Social Aplicada, esta desempenha um papel fundamental no processo de *disclosure* corporativo, a partir da relação desempenhada pela empresa não somente no contexto financeiro, mas também social e ambiental.

Sendo assim, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), relatório contábil obrigatório desde a promulgação da Lei nº 11.638/2007, tem por objetivo demonstrar a riqueza gerada pela empresa e como ocorreu a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, dentre eles funcionários que atuam diretamente no desempenho das atividades organizacionais. Destaca-se que a DVA representa um instrumento fundamental como parte do processo de compreensão sobre a distribuição de valor gerado para seus colaboradores, de modo que segundo o entendimento de Cunha (2002), demonstra os benefícios provenientes da empresa para a sociedade, além de apresentar sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico.

Em se tratando das partes interessadas nas atividades empresariais, os funcionários são classificados com um dos principais *stakeholders* identificáveis da organização. Com as práticas de negócio e sua relação com desempenho econômico-financeiro, a equipe de

funcionários detém o capital intelectual, sendo que em troca de seu trabalho esperam da organização salário, segurança, benefícios e outros retornos (LADEIRA, 2009).

E em vista do que foi apresentado, o presente artigo busca responder a seguinte questão: **De que maneira a Demonstração de Valor Adicionado pode contribuir com a criação de valor para o capital humano no âmbito organizacional?** De modo a responder ao questionamento proposto, o estudo tem por objetivo definir a aplicabilidade da DVA no âmbito da elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, de modo a apresentar os princípios teóricos que fundamentam sua estrutura e estabelecer o aspecto da Responsabilidade Social Corporativa no âmbito de criação de valor organizacional.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Criação de Valor e Sustentabilidade Empresarial

O objetivo de DVA, segundo Gallizo (1990) é evidenciar a circulação real do patrimônio e divulgar o valor econômico que foi gerado por uma entidade durante determinado período de tempo e, simultaneamente, descrever como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação. De acordo com o autor, trata-se de uma demonstração contábil que divulga a geração de valor produzido pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado.

Neste sentido, o valor adicionado é obtido mediante a diferença entre a produção da empresa e o total de aquisições, representando a soma de toda a remuneração de esforços consumidos nas atividades da companhia. Para a determinação do valor adicionado e a elaboração da demonstração correspondente, é fundamental ressaltar que a DVA possui um enfoque distinto da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): ainda que sejam demonstrações que se complementam, a DRE tem por objetivo a avaliação do desempenho da empresa e da eficiência de seus gestores sob a perspectiva única e exclusiva da geração de lucro, enquanto que a DVA busca demonstrar o montante da riqueza gerada pela empresa e a forma como foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram direta ou indiretamente para sua geração.

Diante de práticas sustentáveis adotadas no ambiente organizacional, as empresas passaram a desempenhar suas atividades práticas capazes de implantar a sustentabilidade: ao investir socialmente e se tornarem mais responsáveis no desempenho do negócio da empresa,

verifica-se um atendimento mais contundente em relação às necessidades da sociedade, sem comprometer os recursos futuros para aqueles que asseguram o desenvolvimento sustentável.

De forma complementar, destaca-se Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), indicador de práticas sustentáveis criado pela Bolsa de Valores de São Paulo cujo objetivo é refletir o retorno de uma carteira composta por ações e de comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, bem como atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial (ISE, 2010). Dessa forma, as práticas sociais sustentáveis visam a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e da comunidade, em contraponto os aspectos econômicos sustentáveis destinados à manutenção do bom desempenho financeiro da organização (CLARO,2008).

2.2 Demonstração do Valor Adicionado: criação e distribuição de riqueza

Com a preocupação das empresas em questões sociais e econômicas, tem-se observado uma demanda por informações de natureza social. De modo a atender esta necessidade no âmbito organizacional, a DVA tem como objetivo demonstrar como a riqueza foi gerada e distribuída entre aquelas que contribuíram para sua criação, bem como seus efeitos sobre a sociedade no âmbito econômico e social.

Para transparência de divulgação deste tipo de informação, a apresentação da DVA é obrigatória para as empresas de capital de capital aberto. A legislação sempre esteve atenta às Demonstrações Contábeis que fornecem informações financeiras, econômicas e patrimoniais das empresas; no entanto, com as transformações ocorridas no ambiente social em que a atividade econômica ocorre, têm-se verificado o interesse em legitimar o desempenho relativo ao caráter social e ambiental.

Para atender às exigências do mercado, a DVA destaca a demonstração do valor sob a perspectiva da riqueza gerada pela empresa e sua a distribuição entre os agentes econômicos envolvidos em sua produção. Este demonstrativo desempenha uma função fundamental com relação à transparência das informações econômicas e sociais de uma empresa. De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005), o projeto de Lei nº 3.741/2000 teve por intuito promover uma alteração da Lei nº 6.404/76, também conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, de forma a tornar obrigatória a publicação da DVA. Entretanto, somente em 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638, a DVA foi incluída entre as demonstrações cuja publicação é obrigatória. Dessa forma, a obrigatoriedade se estende às empresas de capital aberto e àquelas consideradas de grande porte, sendo que no período anterior à aprovação da referida lei, a DVA era

**DVA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NO
ÂMBITO ORGANIZACIONAL**

apresentada voluntariamente pelas empresas preocupadas em evidenciar a riqueza gerada e distribuída.

No que se refere ao conceito de DVA, Góis, De Luca e Monte Júnior (2016, p. 4) afirmam que se trata de um relatório contábil destinado a demonstrar “tanto os benefícios que as organizações proporcionam à sociedade quanto a sua capacidade de colaborar para o desenvolvimento econômico”. Sendo assim, diversos autores corroboram na existência de um conceito econômico e contábil para o termo “valor adicionado” (IUDÍCIBUS, 2007; CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2005).

Sousa e Chagas (2003, p. 3) explicam que a diferença do conceito contábil para o conceito econômico está na “abordagem e reconhecimento da riqueza”, de modo que segundo os autores:

Isso porque na economia o conceito do valor adicionado é mensurado pelas atividades econômicas de uma nação através do seu Produto Nacional, ou seja, ele é medido em função da produção. Já no conceito contábil o conceito do valor adicionado é tratado dentro de um ambiente mais restrito – a empresa – sendo tratado em função das vendas.

De forma complementar, de Luca *apud* Cunha, Ribeiro e Santos (2005) conceitua a DVA como um “um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa a demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”. Neste sentido, o entendimento do autor indica que este demonstrativo se harmoniza com os objetivos da Contabilidade e da Responsabilidade Social, uma vez que busca suprir as necessidades informacionais sobre a contribuição social e econômica da empresa.

Em razão de sua relevância, ao evidenciar a participação de cada elemento que compõe o resultado, a DVA permite aos grupos sociais de interesse na atividade econômica e empresarial como um todo saber quanto cada empreendimento gera de recursos e o retorno dos mesmos para a sociedade. Sendo assim, a DVA presta informações econômicas e financeiras que evidenciam a circulação do patrimônio, ao evidenciar o valor de riqueza que foi gerado por uma entidade em determinado período de tempo e fornecer informações sobre os benefícios obtidos por cada um de seus fatores de produção, dentre eles acionistas, trabalhadores, credores e governo.

Não obstante, a DVA possibilita evidenciar a recompensa dos recursos de terceiros, sob a forma de custo financeiro em retribuição ao fornecimento de capital para aplicação na

atividade empresarial (COSENZA, 2003). Para a sociedade, a DVA permite uma maior abrangência relativa às práticas de responsabilidade social das empresas, divulgando dados significativos sobre os efeitos da atividade empresarial no ambiente social.

Devido ao propósito em evidenciar a riqueza criada e sua distribuição aos diversos fatores de produção, a DVA consiste em uma ferramenta de gerenciamento, planejamento e também de controle social (CCN, 2009). Além disso, possibilita que seja identificada a riqueza recebida em transferência, evidenciando a riqueza produzida por outras entidades. Sendo assim, verifica-se que as organizações buscam continuamente novas estratégias a fim de desenvolver suas atividades com sucesso em um ambiente cada vez mais complexo e competitivo, fator este que indica uma maior preocupação com interesse de seus *stakeholders*.

3 CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS

O presente estudo desenvolveu-se por meio de estratégia descritiva, a qual, segundo Bervian, Cervo & Silva (2007, p. 61), caracteriza-se por descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, bem como sua relação com outros, sua natureza e propriedades com maior precisão possível. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), os estudos descritivos “buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise”.

Em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa denomina-se como documental, pois a fonte de coleta de dados está restrita à utilização de documentos como fonte primária dos dados (MARCONI & LAKATOS, 2005, p. 176). Dessa forma, Martins e Theóphilo (2009, p. 141) explicam que a pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o propósito da pesquisa.

Destaca-se a natureza exploratória da pesquisa, uma vez que tem por objetivo verificar a distribuição de valor aos funcionários em relação ao total de riqueza distribuída pela organização. Classifica-se como exploratória, pois de acordo com Cervo, Bervian & Silva (2007, p. 63), as pesquisas exploratórias tem por objetivo realizar descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes.

Trata-se, também, de uma pesquisa qualitativa em razão da análise do capital humano sob a perspectiva de criação de valor, pois se utiliza de informações presentes na Demonstração do Valor Adicionado, de modo a evitar distorções de análises e interpretações e assegurando a precisão dos resultados (RICHARDSON, 2012).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS.

De acordo com a proposta de pesquisa, o estudo realizou a coleta de informações a partir dos dados fornecidos pelas empresas do setor financeiro listadas na BM&FBovespa, segundo o critério de segmento, apresentados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1	
Empresas do setor financeiro listadas na BM&FBovespa	
Razão Social	Nível de GC
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	N1
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	N1
BCO PAN S.A.	N1
BCO BRADESCO S.A.	N1
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	N1
BANCO INTER S.A.	N2
BCO ABC BRASIL S.A.	N2
BCO BTG PACTUAL S.A.	N2
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	N2
BCO BRASIL S.A.	NM

Fonte: a pesquisa (2019).

Diante das informações divulgadas pelas empresas, a Tabela 1 a seguir evidência a riqueza gerada pela empresa, correspondente ao valor econômico gerado pela entidade durante o exercício de 2018.

Tabela 1		
Distribuição de valor adicionado em empresas do setor financeiro listadas na BM&FBovespa		
Razão Social	Segmento	Valor adicionado a distribuir
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	N1	R\$ 63.639.000,00
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	N1	R\$ 11.993.000,00
BCO PAN S.A.	N1	R\$ 1.119.278,00
BCO BRADESCO S.A.	N1	R\$ 45.552.784,00
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	N1	R\$ 4.432.242,00
BANCO INTER S.A.	N2	R\$ 221.859,00

BCO ABC BRASIL S.A.	N2	R\$	674.029,00
BCO BTG PACTUAL S.A.	N2	R\$	1.067.832,00
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	N2	R\$	172.745,00
BCO BRASIL S.A.	NM	R\$	47.942.656,00

Fonte: a pesquisa (2019).

Na sequência, a Tabela 2 elenca os valores totais a distribuir aos colaboradores e suas porcentagens diante do mesmo, de modo a identificar a média por segmento analisado.

Razão Social	Segmento	Valor adicionado a distribuir	Total - Funcionários	% de Part.	Média por Segmento
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	N1	R\$ 63.639.000,00	R\$ 22.275.000,00	35%	39,45%
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	N1	R\$ 11.993.000,00	R\$ 857.000,00	7,15%	
BCO PAN S.A.	N1	R\$ 1.119.278,00	R\$ 363.244,00	32,45%	
BCO BRADESCO S.A.	N1	R\$ 45.552.784,00	R\$ 16.636.903,00	36,52%	
BCO ESTADO DO RIO G DO SUL S.A.	N1	R\$ 4.432.242,00	R\$ 1.904.414,00	42,97%	
BANCO INTER S.A.	N2	R\$ 221.859,00	R\$ 118.920,00	53,60%	
BCO ABC BRASIL S.A.	N2	R\$ 674.029,00	R\$ 306.165,00	45,42%	
BCO BTG PACTUAL S.A.	N2	R\$ 1.067.832,00	R\$ 549.711,00	51,48%	
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	N2	R\$ 172.745,00	R\$ 79.237,00	45,87%	
BCO BRASIL S.A.	NM	R\$ 47.942.656,00	R\$ 21.092.621,00	44,00%	

Fonte: BM&FBovespa Empresas listadas (2018). Adaptado pelo autor

Conforme observado nos dados coletados, a aplicabilidade da DVA no segmento financeiro obteve médias similares em suas distribuições, no valor equivalente de 39,45 %. Entretanto, torna-se relevante analisar a variância em relação ao valor adicionado das empresas, em que entre os maiores valores distribuídos destacam-se o BANCO INTER (53,60%) e o BANCO BTG (51,48%). Entre as empresas analisadas, o menor percentual de distribuição foi identificado pela empresa ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A (7,15%).

4.2 DISCUSSÃO SOBRE CRIAÇÃO DE VALOR AOS STAKEHOLDERS SOB A PERSPECTIVA DA DVA

No que se refere às ações internas da empresa, Carroll (1991) no início da década de 1990 já evidenciava a necessidade de integração dos valores que são socialmente responsáveis

nas atividades das organizações. Segundo o autor, para que suas práticas possam ser vistas pela sociedade como legítimas, este pensamento deve ser compartilhado internamente na organização, fazendo com que seus *stakeholders* a identifiquem como uma entidade que se preocupa com seu desenvolvimento sustentável.

De acordo com Donaldson e Preston (1995), a ideia de que as organizações possuem *stakeholders* tornou-se conhecida na literatura administrativa, tanto acadêmica quanto profissional, a partir da publicação do livro *Strategic Management: A Stakeholder Approach* (1984), R. Edward Freeman. Eccles e Krzus (2011) explicam que a definição apresentada por Freeman sobre o termo *stakeholder* corresponde a “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da companhia”.

Os preceitos sobre o entendimento da existência de *stakeholders* em uma organização explicam que a sobrevivência da empresa depende do sucesso na administração das relações com suas partes interessadas, sendo que estas precisam ser informadas sobre os efeitos econômicos, sociais e ambientais do desempenho corporativo (HESS, 2008).

Neste sentido, em se tratando das partes interessadas nas atividades empresariais, os funcionários são classificados com um dos principais *stakeholders* identificáveis da organização (HARRISON, BOSSE, 2013). Devido às práticas organizacionais e seus aspectos financeiros, o capital humano permite que a geração de riqueza possa atribuir maior valor para uma organização, de modo que em retorno de seus esforços, estes demandam maior retorno e valorização de seu trabalho.

A partir do valor criado pela organização, Harrison, Bossee Phillips (2010) explicam que a empresa pode distribuí-lo na forma de pagamento de benefícios e salários mais altos para os funcionários. Sob a perspectiva dos *stakeholders*, esta prática evidencia que as organizações, para manterem-se no ambiente empresarial, tendem a se preocupar mais com seus colaboradores. Neste aspecto sobre como a criação de valor ocorre e é distribuída por meio das atividades da organização, a DVA propõe trazer esta dimensão sob os aspectos das informações financeiras e sociais.

Dado esse entendimento sobre como a criação de valor ocorre e é distribuída por meio das atividades da organização, a DVA beneficia todas as partes que estejam interessadas na capacidade que uma organização tem de gerar valor ao longo do tempo, incluindo os empregados. No instante em que a DVA inclui os funcionários no âmbito das partes interessadas, sua abordagem categoriza sua colocação como instrumento de capital humano.

Dessa forma, a adoção da DVA reafirma a compreensão de a longevidade de uma organização depende da capacidade de seus gestores em criar riqueza, valor e satisfação suficientes para aqueles que pertencem a cada grupo de *stakeholders*, de modo que cada grupo continue como parte do sistema de *stakeholders* da corporação (CLARKSON, 1995, p. 107). Não obstante, considerando a DVA como um instrumento fundamental parte do processo de compreensão sobre a distribuição de valor gerado pela empresa, sua utilização pode desempenhar um papel fundamental entre a integração proposta pela Responsabilidade Social Corporativa.

Em vista do que foi apresentado, o direcionamento ao contexto social, ambiental e de governança levam à apresentação das informações de forma conjunta e consistente. Sendo assim, Kroetz e Consenza (2003) explicam que a DVA encontra-se no papel de demonstração contábil para “[...] informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de riqueza por uma entidade e sua consequente distribuição entre esses agentes de produção”, de modo a apresentar um mapeamento de sua distribuição entre seus diversos beneficiários, dentre eles os empregados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os preceitos que fundamentam a relevância *do stakeholders* para uma organização, mesmo a visão de que o único objetivo da organização de gerar valor para seus acionistas tenha sido defendido durante muito tempo, a atividade empresarial impacta direta e indiretamente no ambiente em que ela se encontra, devendo, portando, incluir os interesses e aspirações de seus *stakeholders* dentro do processo de tomada de decisão (WOOD, 1991).

Em razão desse pensamento, a divulgação de informações sobre a responsabilidade social corporativa representa um caminho para as empresas demonstrarem sua capacidade de gerar valor agregado além da perspectiva econômica (GRAY, KOUHY, LAVERS, 1995).

Do mesmo modo, a DVA pode ser utilizada como parte no processo de compreensão sobre como a organização gera e distribui valor entre seus agentes, permitindo que os *stakeholders* possam compreender em um contexto mais amplo o desempenho da organização. Logo, os funcionários, enquanto capital humano e parte integrante dos interessados na organização (DONALDSON, PRESTON, 1995; CLARKSON, 1995), representam um elemento positivo na criação de valor e devem fazer parte das decisões estratégicas da empresa.

No instante em que as informações financeiras divulgadas estejam alinhadas aos procedimentos legais e societários, estas são incapazes de responder às demandas organizacionais e dos diversos interessados no desempenho empresarial. O contexto da atividade econômica se encontra em uma posição frente à necessidade de que as relações da empresa com o seu ambiente sejam mais arrojadas e transparentes.

Devido às mudanças advindas pelas relações organizacionais e a inclusão do aspecto social, observa-se um aumento da relevância atribuída às empresas socialmente responsáveis, isto é, instituições que desempenham um passo além da busca econômica no ambiente social. Logo, no sentido de alcançar estes propósitos, é de fundamental importância que as DC evidenciem o verdadeiro valor de uma empresa, fator este que torna as informações constantes na DVA condutoras de decisões mais adequadas no sentido de contribuir no processo de geração e de distribuição de riqueza para os *stakeholders*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R.. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Empresas listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: Setembro 2019

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

CARROLL, Archie B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, pp. 39-48, jul-ago 1991.

CLARO, Priscila B. de O.; CLARO, Danny P. e AMÂNCIO, R.. Entendendo o Conceito de Sustentabilidade nas organizações. RAUSP V.42 n° 4 189/300 – Out/Nov/Dez 2008. Disponível em <www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rausp/v43n4/v43n4a1.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CLARKSON, M. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, pp. 92-117, 1995.

CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS / INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **DVA como ferramenta na análise de produção e distribuição de riqueza**: um estudo da Vale. 3º

Congresso. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/3CCF>>. Acesso em 20 mai. 2018.

CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, Edição Comemorativa, v. 14, pp.7-29, out. 2003.

COSENZA, J.P.; GALLIZO, J.L.; JIMENEZ, F. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000, *Contabilidade Vista & Revista*, v. 13, n. 2, p. 37-65, .2002.

CUNHA, J. V. A. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 2002. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maísa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. DVA: a demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 37, p. 7-23, Jan/Abr. 2005.

DE LUCA, Márcia et al. **Responsabilidade Social Corporativa: um Estudo sobre o Comportamento das Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Nordeste**. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org>. Acesso em 05 de mai.2018

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, pp. 65-91, 1995.

ECCLES, Robert G.; KRZUS, Michael P. **Relatório Único**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

GÓIS, Alan Diógenes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; MONTE JÚNIOR, José Airton Alcântara. Fatores determinantes do *disclosure* do Capital Humano. **Race**, Joaçaba, v. 15, n. 1, pp. 201-226, jan-abr 2016.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, pp. 47-77, 1995.

HARRISON, J. S.; BOSSE, D. A. How much is too much? The limits to generous treatment of stakeholders. **Business Horizons**, v. 56, n. 3, p. 313-322, 2013.

HESS, David. The three pillars of corporate social reporting as new governance regulation: disclosure, dialogue, and development. **Business Ethics Quarterly**, v. 8, n. 4. ISSN 1052-150X. pp. 447–482, 2008.

ISE - METODOLOGIA COMPLETA. Disponível em<<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; Ernesto Rubens, GELBCKE. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2007.

DVA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL

KROETZ, César Eduardo Stevens, COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social.** Disponível em: <www.ccontabeis.com.br>. Acesso em 29 de abr. 2018.

LADEIRA, Daniela Lopes. **Teoria dos Stakeholders no contexto da governança corporativa: um estudo de caso.** 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sócias aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E., GELBCKE, E.R., DOS SANTOS, A., LUDICIBUS, S. de, et al. **Manual de Contabilidade Societária.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa.** Trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

SOUSA, Antônio Rodrigues Silveira de; CHAGAS, Paulo César. **A demonstração do Valor Adicionado: conceitos e importância em uma empresa.** Ciências Contábeis da UCB. Disponível em: <www.contabeis.ucb.br>. Acesso em 10 mai. 2018.

WOOD, D. J. Corporate Social Performance revisited. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, pp. 691-718, 1991.